

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

82- Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 17 a 21/05/2021):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre a proposta de suspender patentes da vacina contra a COVID-19	1
Planos de Recuperação e Resiliência	2
Acordo Global de Investimento UE-China	2
Médio-Oriente	2
Migrações	2
Outras votações e debates	2
2. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO RELATIVA AOS RECURSOS PRÓPRIOS	3
3. CERTIFICADO DIGITAL COVID DA UE - NEGOCIAÇÕES	4
4. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - BCE	4
5. COMISSÃO EUROPEIA FISCALIDADE DAS EMPRESAS PARA O SÉCULO XXI	5
6. COMISSÃO EUROPEIA ABORDAGEM GLOBAL PARA A INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	5
7. TRATADO INTERNACIONAL SOBRE COMBATE A PANDEMIAS	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)	7
Reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus	7
Videoconferência informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão	7
Videoconferência informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros	7
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)	7
Eurogrupo	8
Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana, teve lugar a [sessão plenária](#) do PE, em Bruxelas, destacando-se¹:

Debate sobre a [proposta de suspender patentes da vacina contra a COVID-19](#)

No início de maio, a administração dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou que **apoiaria uma isenção temporária dos direitos de propriedade intelectual relativos a vacinas e produtos médicos contra a COVID-19**, o que já havia sido proposto pela África do Sul e pela Índia em outubro de 2020. O Plenário do PE [debateu esta matéria](#), tendo sido evidenciada uma **divisão entre os Deputados**. Por um lado, vários advogaram a responsabilidade global da UE e consideram que a suspensão dos direitos de propriedade intelectual poderia melhorar o acesso global a vacinas e outros produtos médicos a preços acessíveis. A presidente do grupo S&D, [Iratxe García Pérez](#) (Espanha) referiu que *"(...) com mais de 3 milhões de mortes devido à pandemia, precisamos agora de soluções extraordinárias. (...) A UE tem de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar estes países pobres, que são incapazes de gerir isto sozinhos. Estamos a falar de um objetivo que não é apenas humanitário, mas também geoestratégico"*.

[Philippe Lamberts](#) (Verdes/ALE, Bélgica) referiu que *"Neste momento, centenas de milhões de pessoas ainda não têm acesso às vacinas que lhes poderiam salvar a vida, porque não nasceram no lugar certo. (...) A Europa precisa considerar as vacinas como um bem comum global, onde a quantidade e os preços não podem ser deixados nas mãos de três ou quatro grandes empresas farmacêuticas."* Por seu lado, [Manon Aubry](#) (A Esquerda, França) questionou *"Como chegámos a isto? Hoje, uma vez mais, estamos a debater a suspensão de patentes de vacinas. Isso deveria ter ficado claro desde o início"*.

No entanto, opõem-se aqueles que consideram que a suspensão de patentes não trará resultados rápidos a nível global, propondo vias alternativas para ajudar os países em dificuldade. [Esther de Lange](#) (PPE, Países Baixos) enfatizou que a UE exportou quase tantas vacinas como as que manteve para uso próprio. *"Precisamos que as barreiras à exportação de materiais e vacinas sejam levantadas, especialmente por países como o Reino Unido e os EUA. As doações devem ser aumentadas. A produção precisa ser acelerada drasticamente aqui, mas também em África, na Ásia e na América Latina."* [Dacian Cioloș](#) (Renew Europe, Roménia) considerou que *"a proposta dos EUA não responde aos problemas reais, pois dispensar patentes é um procedimento longo e complexo. O que realmente precisamos fazer é enviar já ajuda para as pessoas pobres."* Em alternativa, referiu a necessidade de os EUA apoiarem a iniciativa COVAX. [Roman Haider](#) (ID, Áustria) manifestou dúvidas sobre se os países em desenvolvimento seriam capazes de produzir vacinas a um ritmo rápido mais do que os países ocidentais, a China e a Rússia. [Geert Bourgeois](#) (ECR, Bélgica) destacou que *"(...) Ninguém conseguiu demonstrar que a suspensão de patentes conduzirá a uma aceleração e a um aumento das vacinas. A produção de vacinas é altamente complexa; a produção e o controlo de qualidade levam tantos anos para serem estabelecidos que a suspensão de patentes não terá efeito em 2021."*

Em nome da Presidência portuguesa do Conselho da UE, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva explicou que **a UE está disposta a discutir propostas concretas sobre direitos de propriedade intelectual para as vacinas**. Contudo, observou que o atual quadro internacional já é flexível e prevê licenças obrigatórias que podem permitir exportações para países sem capacidade de fabricação.

O Parlamento vai votar uma resolução sobre o tema durante uma sessão plenária em junho.

No final da semana, a Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, referiu numa [audição na Comissão de Comércio Internacional \(INTA\)](#) do PE que **"Obter a renúncia aos direitos de propriedade intelectual para as vacinas não será**

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

suficiente". Elencou três outras vias: “*reduzir as restrições à exportação e reforçar as cadeias de fornecimento de vacinas; trabalhar com fabricantes para expandir a produção, inclusive em países emergentes com capacidade ociosa, como a Indonésia, África do Sul, Tailândia ou Bangladesh; e transferir a tecnologia e os conhecimentos necessários para produzir as vacinas complicadas.*” Por fim, deu nota de que “*A renúncia à PI é uma questão quente sobre a qual não posso tomar partido. Mas precisamos de mais flexibilidade e acesso automático para os países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo temos de proteger a investigação e o desenvolvimento.*”

Planos de Recuperação e Resiliência

Foi adotada uma **resolução em que o PE exige [controlo democrático relativamente aos esforços nacionais de recuperação](#)**, nomeadamente o acesso a toda a informação relevante sobre os planos nacionais de implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF).

O PE defende que, **para assegurar uma maior transparência e responsabilidade democrática dos planos nacionais de recuperação e resiliência**, deverá receber da Comissão Europeia as informações de base necessárias, bem como um resumo das reformas e investimentos dos planos nacionais que recebeu (18 Estados-Membros apresentaram os seus PRR até 18 de maio).

Acordo Global de Investimento UE-China

O PE aprovou uma **resolução** (599 votos a favor, 30 contra e 58 abstenções) em que condena “*com a maior veemência*” as sanções “*infundadas e arbitrárias*” recentemente impostas pelas autoridades chinesas a vários indivíduos e entidades europeias, incluindo cinco Deputados ao PE. Por conseguinte, o PE **[recusa considerar quaisquer negociações sobre a ratificação do acordo UE-China enquanto a medida vigorar.](#)**

Médio-Oriente

Num debate com a presença da Presidência portuguesa, os Deputados apelaram **[ao fim imediato da violência entre Israel e a Palestina.](#)**

Migrações

Teve lugar um debate sobre a **[Migração legal como fator de impulso da economia europeia e de redução das entradas irregulares](#)**, bem como a **[melhor proteção para os trabalhadores sazonais durante as crises sanitárias](#)**. No tocante às migrações e aos acordos informais para o regresso e a readmissão de migrantes irregulares, o PE aprovou uma resolução em que **[pede maior proteção contra violações dos direitos humanos](#)**. No debate com os Deputados, a **[Presidência Portuguesa afirmou que “lutará até ao último minuto” pelo Pacto em matéria de Migração e Asilo.](#)**

A PE aprovou, ainda, uma resolução apelando a um **[“new deal” sobre a demografia na UE, de modo a combater o declínio da população.](#)**

Outras votações e debates

- Aprovação do **[novo programa Erasmus + | Atualidade | Parlamento Europeu \(europa.eu\)](#)**
- Aprovação do Fundo para a Transição Justa: **[€17,5 mil milhões para garantir que ninguém fique para trás na transição verde](#)**
- PE **[pede fim da transmissão ilegal de desporto em direto](#)**
- Aprovação do programa Europa Criativa: **[Um apoio reforçado da UE para a cultura](#)**
- Resolução sobre **[mais apoio à inovação digital e ao uso de inteligência artificial](#)**
- Debate sobre a **[modernização da Fiscalidade das Empresas](#)**, nomeadamente a proposta de uma **[taxa mínima global de imposto sobre as sociedades](#)**

2. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO RELATIVA AOS RECURSOS PRÓPRIOS

Estado-Membro	Data prevista para a ratificação
Alemanha	Finalizado a 29/04/2021
Áustria	maio de 2021
Bélgica	Procedimento concluído a 23.03. Notificação ao Conselho no final de abril.
Bulgária	Finalizado a 18/02/2021
Croácia	Finalizado a 12/01/2021
Chipre	Finalizado a 14/01/2021
Chéquia	Finalizado a 22/03/2021
Dinamarca	Finalizado a 29/03/2021
Eslováquia	Finalizado a 08/04/2021
Eslovénia	Finalizado a 08/02/2021
Espanha	Finalizado a 15/03/2021
Estónia	Procedimento finalizado a 10/05/2021. Notificação em breve.
Finlândia	Finalizado em 18/05/2021
França	Finalizado a 10/02/2021
Grécia	Finalizado a 26/03/2021
Hungria	Votação no Parlamento a 26 de maio.
Irlanda	Finalizado a 12/05/2021
Itália	Finalizado a 05/03/2021
Letónia	fevereiro 2021
Lituânia	Finalizado a 28/04/2021
Luxemburgo	Finalizado a 06/04/2021
Malta	Finalizado a 17/02/2021
Países Baixos	Tramitação parlamentar em curso. Votação prevista para 25/05/2021.
Polónia	Tramitação governamental em curso.
Portugal	Finalizado a 03/02/2021
Roménia	Aguarda aprovação parlamentar. Data previsível: 2.º trimestre de 2021
Suécia	Procedimento concluído. A notificação oficial terá lugar na próxima semana

Conforme consta do quadro da página anterior, e segundo informação coligida junto dos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas e do cruzamento com outras fontes, o ponto de situação relativo à ratificação da [Decisão sobre os recursos próprios](#) é o seguinte: **vinete e dois Estados-Membros já ratificaram, faltando cinco** (Áustria, Hungria, Países Baixos, Polónia e Roménia). Nos termos do [n.º 3 do artigo 311.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) (TFUE), a entrada em vigor da nova Decisão de Recursos Próprios 2020/2053, de 14 de Dezembro de 2020, exige a **ratificação por todos os Estados-Membros**, essencial para ativar o fundo de recuperação 750 mil milhões de euros "Next Generation EU".

3. CERTIFICADO DIGITAL COVID DA UE - NEGOCIAÇÕES

Demos nota, na [Síntese n.º 77](#), das negociações entre o PE e o Conselho sobre o **Certificado Digital COVID-19 da UE**, baseado numa proposta da Comissão Europeia apresentada a 17 de março (cfr. [Síntese n.º 74](#)), com a ambição de ter o [regulamento em vigor a tempo das férias de verão](#).

Esta semana, [após difíceis negociações](#), foi alcançado um [acordo provisório entre o Parlamento e o Conselho sobre este Certificado Digital Covid](#). O texto acordado será votado na Comissão das Liberdades Cívicas, em 26 de maio de 2021, e apresentado para adoção em plenário durante a sessão de 7 a 10 de junho de 2021. **Deverá entrar em vigor a 1 de julho**.

O certificado estará disponível em formato digital ou papel e atestará que seu portador foi vacinado contra o coronavírus, apresentou um resultado negativo num recente teste à Covid, ou se recuperou da infeção. Na prática, **serão três certificados distintos**. Um modelo europeu comum permitirá que os Estados-Membros emitam certificados que serão válidos nos outros países da UE. O regulamento do Certificado Digital Covid da UE deve **vigorar por 12 meses**, e este não será uma condição prévia para o exercício do direito à livre circulação e não será considerado um documento de viagem.

4. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - BCE

Em maio de 2020, o Tribunal Constitucional (TC) Federal alemão proferiu um [acórdão](#) relativo ao [Public Sector Purchase Programme \(PSPP\)](#)² do Banco Central Europeu (BCE), no seguimento de uma queixa apresentada por vários cidadãos e tendo como [requeridos](#) o **BCE, o Banco Central Alemão, o Parlamento Alemão (Bundestag) e o Governo Federal Alemão**. Tal como demos nota detalhadamente na [Síntese n.º 38](#), o TC considerava que o **Governo Federal e o Parlamento alemão não protegeram os direitos dos requerentes nos termos da Lei Fundamental alemã ao não terem tomado iniciativas para contestar** o facto de que o BCE, na sua decisão de adoptar e implementar o PSPP, não ter avaliado ou fundamentado as medidas tomadas atendendo ao princípio da proporcionalidade. Relativamente à questão da proporcionalidade do PSPP, o TC alemão considerava que este programa **não é compreensível**, o que torna a decisão do BCE [ultra vires](#), ou seja, **excede as competências da autoridade monetária e não pode ser aplicada na Alemanha**. O argumento do TC é o de que a **análise do TJUE** sobre o respeito pelo princípio da [proporcionalidade](#)³ do PSPP **não foi feita com base em princípios metodológicos conhecidos pelas demais jurisdições**, o que a torna incompreensível e habilita a jurisdição nacional a fazer subsequentemente a sua própria avaliação da proporcionalidade da decisão do BCE, nos termos do mandato desta instituição.

Assim sendo, o **TCE determinou que as instituições alemãs não poderiam implementar uma decisão ultra vires**, e que o **Bundesbank não poderia continuar** a participar no PSPP e teria de

² Programa de compra de ativos do setor público em mercados secundários, disponível [aqui](#).

³ N.ºs 1 e 4 do Artigo 5.º do TUE.

vender todos os títulos que adquiriu se, **no prazo de 3 meses**, o Conselho de Governadores do BCE não adotar uma **nova decisão que fundamente** de maneira compreensível que os objetivos de política monetária não têm efeitos económicos e orçamentais desproporcionais.

Esta semana, o TC proferiu o seu [acórdão final](#) sobre esta matéria, após dois novos pedidos dos requerentes em que consideravam que o BCE não havia providenciado as explicações decorrentes do acórdão. O TC **indeferiu esses pedidos**, recordando que o acórdão de maio de 2020 obrigara o Governo Federal e o Bundestag, em particular, a tomar medidas à sua disposição para assegurar que o BCE procederia à necessária avaliação da proporcionalidade. **Tendo o BCE realizado uma avaliação da proporcionalidade fundamentada nas suas decisões de 3-4 de Junho de 2020 a esse respeito**, considera o TC que o Governo Federal e o *Bundestag* (requeridos no processo inicial) deram seguimento ao disposto nesse acórdão, **gozando de uma ampla margem de apreciação, avaliação e manobra neste contexto, não cabendo ao Tribunal decidir no presente caso se a avaliação da proporcionalidade do BCE satisfaz os requisitos substantivos correspondentes**. Por conseguinte, os requerimentos [são considerados inadmissíveis](#) e o processo está finalizado.

5. COMISSÃO EUROPEIA | FISCALIDADE DAS EMPRESAS PARA O SÉCULO XXI

A Comissão Europeia [adotou](#) esta semana uma [Comunicação sobre a fiscalidade das empresas para o século XXI](#), visando promover um **sistema de fiscalidade das empresas robusto, eficiente e justo na União Europeia**. Pretende-se assim a criação de um enquadramento equitativo e estável para as empresas, que impulse o crescimento sustentável e emprego, aumentando a autonomia estratégica e apoiando a recuperação da Europa da pandemia COVID-19.

Até 2023, a Comissão apresentará assim um **novo quadro para a tributação que reduzirá os encargos administrativos, eliminará obstáculos fiscais, criando um ambiente mais favorável às empresas no mercado único, com destaque para a iniciativa BEFIT - Business in Europe: Framework for Income Taxation** (que define um conjunto único de regras em matéria de impostos a aplicar às empresas na UE e prevê uma repartição mais equitativa dos direitos de tributação entre os Estados-Membros). Esta iniciativa substituirá a proposta sobre a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, que está pendente e será retirada.

A Comunicação define também uma **agenda fiscal para os próximos dois anos**, baseada no roteiro estabelecido no [Plano de Ação Fiscal](#), e cujas medidas a adotar visam:

- garantir **maior transparência pública**, combate à utilização abusiva de empresas fictícias e luta contra a evasão fiscal;
- **apoiar a recuperação**, incentivando as empresas a financiarem as suas atividades através de capitais próprios, não recorrendo à dívida.

Ainda neste âmbito, a Comissão adotou uma recomendação sobre o tratamento nacional das perdas. A recomendação insta os Estados-Membros a permitirem que as empresas reportem perdas, pelo menos as do exercício orçamental anterior. A seção de [perguntas e respostas](#) elaborada pela Comissão Europeia complementa esta informação.

6. COMISSÃO EUROPEIA | ABORDAGEM GLOBAL PARA A INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [Comunicação sobre a sua Abordagem Global de Investigação e Inovação](#), procurando que a UE assuma uma **posição de liderança no que respeita ao apoio às**

parcerias internacionais de investigação e inovação, oferecendo soluções inovadoras para tornar as sociedades ecológicas, digitais e saudáveis.

Uma vez que a investigação de excelência exige colaboração e cooperação internacional, a **UE propõe promover o multilateralismo, abertura e reciprocidade nesta área**, congregando recursos que permitam realizar progressos científicos e desenvolver ecossistemas de inovação dinâmicos.

Pretende-se assim:

- Criar um entendimento comum sobre os **princípios e valores fundamentais da investigação e inovação**;
- Criar um ambiente de investigação e inovação assente em **regras e valores e abertos** por definição;
- Garantir a **reciprocidade e condições equitativas** no que respeita à cooperação internacional em matéria de investigação e inovação.

A União lançará diversas ações para alcançar estes objetivos, nomeadamente através de iniciativas como a «**Iniciativa África**», criada no âmbito do [Horizonte Europa](#), bem como apresentará orientações sobre o modo de abordar formas de ingerência estrangeira dirigidas às organizações de investigação e às instituições de ensino superior da UE. Destaca-se também a sinergia com outros programas da UE, como o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, e a promoção de iniciativas inspiradas numa abordagem «[Equipa Europa](#)». A seção de [perguntas e respostas](#) elaborada pela Comissão Europeia complementa esta informação.

7. TRATADO INTERNACIONAL SOBRE COMBATE A PANDEMIAS

O Conselho da União Europeia (UE) [adotou esta semana uma resolução de apoio ao lançamento das negociações para a criação de um tratado internacional sobre o combate às pandemias](#). Na sua próxima reunião (virtual), a 24 de maio, a Assembleia Mundial da Saúde, principal órgão decisório da Organização Mundial da Saúde (OMS), deverá apoiar a [constituição de uma Convenção-Quadro de Preparação e Resposta às Pandemias](#). A proposta de um tratado internacional sobre pandemias foi anunciada pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, no Fórum de Paris sobre a Paz, em novembro de 2020.

O objetivo da resolução do Conselho é assegurar a [participação da UE nas negociações](#), abordando os temas que se enquadrem no âmbito das competências da União, tendo em conta a sua eventual adesão ao futuro tratado. A proposta de instituição de um tratado sobre pandemias surge no contexto dos [esforços internacionais para reforçar a segurança sanitária mundial](#), tendo em conta as lições aprendidas com a pandemia de COVID-19. A UE tem um estatuto de observador informal na OMS.

No Conselho Europeu de 25 de fevereiro de 2021, os líderes da UE sublinharam a necessidade de instituir um sistema mundial de cooperação multilateral para enfrentar as atuais e futuras ameaças à saúde, e determinaram que irão trabalhar em conjunto para criar, no âmbito da OMS, um tratado internacional sobre pandemias e para aumentar a segurança mundial da saúde.

A 30 de março de 2021, vários líderes de todas as partes do mundo juntaram-se ao Presidente do Conselho Europeu e ao Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, num apelo à adesão generalizada a um tratado internacional sobre pandemias. Esta semana, realizou-se, em Roma, a [Global Health Summit do G20](#), onde se debateu este tema.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

Os ministros [reuniram](#) nos dias 17 e 18 de maio para debater, no âmbito da educação e juventude, a **equidade, inclusão e sucesso na educação e formação para todos**, adotando [conclusões](#) sobre o tema. Foram também aprovadas [conclusões](#) sobre a iniciativa [Universidades Europeias](#), pilar fundamental do [Espaço Europeu de Educação](#), **que deverá ser criado até 2025**. Teve ainda lugar um debate público sobre o **futuro do ensino superior**. Na área da juventude, foram adotadas [conclusões](#) sobre o reforço da governação multinível ao promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão.

Sobre a cultura, audiovisual e desporto, foi discutida a recuperação, resiliência e sustentabilidade dos setores culturais e criativos, que se encontram entre os mais afetados pela pandemia, tendo sido adotadas [conclusões](#) sobre o tema, assim como [conclusões](#) sobre os **meios de comunicação digital social da Europa na Década Digital** – plano de ação para apoiar a recuperação e a transformação. Foram ainda conduzidos outros debates focados na diversificação de fontes e mecanismos de financiamento para salvaguarda e proteção do património cultural europeu, inovação no desporto (tema sobre o qual também foram adotadas [conclusões](#)) e diplomacia desportiva.

Reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus

Os ministros [reuniram](#) esta semana, em Coimbra, para a primeira reunião dos [«Ministros do Futuro» da União Europeia e para o lançamento da Rede Europeia de Análise Prospetiva](#), que pretende **reforçar as capacidades de análise prospetiva dos Estados-Membros** e da Comissão Europeia, de forma a responder aos desafios atuais e futuros, antecipar grandes tendências, identificar e aproveitar as melhores oportunidades e, assim, desenhar melhores políticas públicas.

No que se refere aos “*Ministros do Futuro*” da UE – atualmente liderados pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič – pretende-se que esta **seja a primeira de muitas reuniões regulares deste grupo**, que trouxe à agenda os temas da autonomia estratégica aberta e da resiliência, pontos-chave para o futuro da política europeia. Foram ainda feitas apresentações sobre as regiões ultraperiféricas da UE e a forma como estas podem ser laboratórios para o futuro da Europa (destacam-se as apresentações de projetos de turismo sustentável nos Açores, nómadas digitais na Madeira, energias renováveis nas Canárias, digital hub nas Ilhas Reunião).

Videoconferência informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão

Os ministros [reuniram-se](#) para debater a [Política de Coesão e os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência](#) a nível operacional, analisando formas de maximizar sinergias e complementaridades entre ambos, com o objetivo de fortalecer a coesão económica, social e territorial da Europa.

Videoconferência informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros

Na [videoconferência](#), os ministros trocaram opiniões sobre o agravamento da violência em Israel e nos Territórios Palestínianos Ocupados, tendo o [Alto Representante sumariado](#) os diversos pontos da discussão (sobretudo no que respeita à prioridade no cessar imediato de todos os atos de violência). Foram ainda prestadas informações sobre a **situação em Ceuta** e o fluxo de migração irregular.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

A [reunião](#) teve lugar no dia 20 de maio e focou sobretudo as [relações comerciais UE-EUA](#), a agenda comercial, questões relativas à OMC, o litígio Airbus/Boeing e as tarifas do aço e alumínio. Foi também discutida a [reforma da OMC](#) e a preparação da próxima Conferência Ministerial, tendo os

ministros trocaram pontos de vista sobre a [revisão da política comercial](#) e sobre o ponto de situação das negociações sobre [Contratos Públicos Internacionais](#).

Eurogrupo

A [reunião](#) do Eurogrupo focou-se na análise da **evolução macroeconómica e orçamental**, com base nas [previsões da primavera da Comissão](#), no debate sobre o funcionamento dos mecanismos de ajustamento na área do euro e [perspetivas adquiridas com a pandemia de COVID-19](#). Foi apresentado o programa de trabalho do Eurogrupo para o segundo semestre do ano e prestadas informações sobre os **aspectos operacionais da União Bancária** (com a audição do presidente do Conselho de Supervisão) e informações sobre as atividades recentes do Conselho Único de Resolução.

Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças

O Conselho ECOFIN [reuniu](#) esta semana para discutir as **políticas comuns para o pós-crise e para uma recuperação verde e inclusiva, com enfoque no reforço do impacto comum das políticas monetária e orçamental**, preparação dos desafios futuros - como assegurar um círculo virtuoso entre os setores financeiro e não financeiro, recuperação verde - o futuro da tributação ambiental na União Europeia e uma recuperação equilibrada, inclusiva e resiliente - evitar marcas permanentes da crise.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades das [Comissões Parlamentares do PE](#), destacando-se⁴ o debate sobre as [patentes das vacinas](#), sobre a [estratégia industrial da UE](#), sobre a [Convenção de Istambul](#); sobre a [Rússia](#) ou sobre o [impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [26 de maio](#), destacando-se a **Comunicação sobre as Orientações para o reforço do código de práticas sobre desinformação**.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 24.05: [Reunião extraordinária do Conselho Europeu \(24 - 25 de maio\)](#), previsão [aqui](#))
- 26.05: [Conselho \(Agricultura e Pescas\) \(26-27 de maio\)](#)
- 27.05: [Conselho Competitividade \(COMPET\) - Mercado Interno e Indústria \(27 - 28 de maio\)](#); [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros – reunião Gymnich](#)
- 28.05: [Reunião informal dos ministros da Defesa](#)

Bruxelas | 21 de maio de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).

⁴ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.